MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

Relatório de Visita

16 de março de 2009

Agenda

8:30h - Instituto Penal Paulo Sarasate – Aquiraz

11:00h - Instituto Penal Feminino – Aquiraz

14:00h - Casa de Privação Provisória – Caucaia

16:30h - Secretaria de Justiça e Cidadania

19:00h - Escola Penitenciária

Este relatório se refere à visita de inspeção realizada no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS) e no Instituto Penal Feminino (IPF), ambos em Aquiraz, na Casa de Privação Provisória em Caucaia (CPPC) e nas futuras instalações da Escola Penitenciária, bem como trata da reunião realizada com o Dr. Marcos Cals, Secretário de Justiça e Cidadania, Dr. Bento Laurindo, Coordenador do Sistema Penitenciário e Dr. Leandro Vasques, Presidente do Conselho Penitenciário, que ocorreram no dia 16 de março de 2009, com a presença Conselheira Valdirene Daufemback e a funcionária Jussara Issac Ribeiro.

Primeiramente será apresentado um relato das principais características de cada unidade visitada – que podem ser conhecidas de forma detalhada nos **Anexos 1,2 e 3** – na segunda parte, uma análise dos aspectos observados e sugestões de encaminhamentos e na terceira parte, os anexos.

Durante as visitas fomos acompanhadas pelo Dr. Bento Laurindo, Coordenador do Sistema Penitenciário e pelos respectivos diretores das unidades inspecionadas, que colaboraram prontamente prestando informações sobre os aspectos indagados e permitindo acesso a todas as dependências da unidade.

1. RELATO DA VISITA

1.1 Instituto Penal Paulo Sarasate – Aquiraz

1.1.1 Estrutura

Tipo: Penitenciária
Capacidade: 940 internos
Lotação: 1188 internos

A Unidade foi inaugurada em 1972, possuindo uma estrutura arquitetônica nos moldes de unidades verticais (andar térreo, 1º e 2º andar), com graves problemas de infiltração e na manutenção predial de forma geral. No entanto, possui um pé-direito alto, o que permite ventilação adequada e apresenta boas condições de iluminação e insolação. Essas condições são exatamente opostas nas novas celas, embora sejam construções melhores no que tange as questões de manutenção predial e infiltração, possuem pé-direito baixo e aberturas pequenas, tornando o ambiente abafado, quente, escuro e com pouca entrada de sol e ar. As edificações estão instaladas em um amplo terreno.

O IPPS possui área de informática que está migrando todos os dados de uma planilha de Excel para um novo sistema que está sendo implantado em todo o Estado, o SISPEN. Trata-se de um prontuário eletrônico com todos os dados de identificação do preso (fotos, voz, dados pessoais, jurídicos, da saúde e sociais), para tanto existe uma sala específica com equipamento apropriado ao qual todos os internos são submetidos no momento da entrada.

Existem salas para área de saúde, sendo que as instalações do Serviço de Psicologia e Serviço Social precisam ser ampliadas – havia apenas uma única sala para os dos serviços – e readequadas – o atendimento psicológico acontece em espaço inadequado, sem garantia

privacidade. A Defensoria Pública possui um escritório e parlatório para realização de atendimento.

Existe uma horta para consumo próprio dos internos, cultivada pelos presos que trabalham. As salas de aula não estão em funcionamento devido à necessidade de manutenção do telhado, o que Dr. Bento se prontificou a realizar com brevidade. Os pátios são amplos.

Em várias alas da unidade foi observado obras e manutenção, porém as condições do prédio são complexas: a tubulação se encontra entre os andares, facilmente os problemas se estendem por diversas celas; a infiltração está presente em quase todas as alas; como a unidade já tem mais de 35 anos, os materiais da construção são pouco resistentes e sofreram desgastes naturais. Os chuveiros só foram encontrados na ala de segurança máxima.

1.1.2 Procedimentos

Ao chegar ao IPPS os presos são encaminhados para o setor de cadastro, onde são entrevistados, fotografados e avaliados. São colhidas informações sócio-históricas e observadas características pessoais. Não há separação dos presos nas alas conforme critérios de classificação.

Os presos possuem banho de sol 2 vezes por semana, por 2 horas e visitas semanais, nas celas. A revista é realizada por agentes penitenciários femininos e masculinos. É solicitado aos visitantes que fiquem nus para serem observados, há agachamento. São oferecidas três refeições diárias em marmitas. A alimentação é terceirizada. Há distribuição de uniformes, roupas de cama ou toalhas. Há distribuição de artigos de higiene uma vez por mês.

As celas do seguro, triagem e isolamento ficam em local distinto, fora das galerias, porém em condições precárias, sem direito a banho de sol e com acúmulo grande de pessoas.

1.1.3 Atividades e assistência

A Defensoria Pública está alocada na unidade e atendem regularmente, sendo que a análise do prontuário acontece antes do atendimento ao preso – o que facilita o encaminhamento – e um dia por semana os defensores trabalham no Fórum dando vazão às demandas encontradas na unidade. O Serviço Social e a Psicologia são serviços recentes, realizam atendimentos individuais mediante a pedido dos presos. A escola está paralisada por mais de 1 ano aguardando obras no telhado. Existe serviço médico, odontológico e farmacêutico. A assistência religiosa acontece 2 vezes por semana. Não existem atividades laborais além dos serviços internos. O número de agentes penitenciários é menor do que o necessário, considerando o contingente de presos.

Durante as entrevistas com os presos houve solicitações de atendimento jurídico e social que foram repassadas ao Coordenador do Sistema Penitenciário na semana seguinte à visita, são elas:

Solicitação de atendimento pela Defensoria Pública:

1 – Luis Carlos de Goes Delminda

2 – José Ricardo Lima Alves

3 – Joaby Jair dos Santos

4 – Almir Soares da Cunha

5 – Raimundo Cesar Azevedo Costa

6 – Francisco Emanuel de Freitas

7 – Rafael S. dos Anjos

Solicitação de atendimento pelo Serviço Social:

1 – Marcos Vieira Ferreira

Solicitação de providências diferenciadas para esse caso cujo processo é de Manabuiú e os documentos não estão acessíveis para que sejam tomadas as providências jurídicas cabíveis:

1 – Paulo Linhares dos Santos

Há um preso paraplégico alocado em uma cela sem acessibilidade que conta com a ajuda dos companheiros de cela para se deslocar e atender suas necessidades pessoais. Seu estado de saúde é bom, embora as condições de higiene sejam inadequadas. Está sendo medicado em decorrência de escara e infecção urinária, doenças comuns nesses casos.

1.1.4 Segurança

A segurança interna é realizada por agentes penitenciários e a segurança externa é realizada por policiais militares. A escolta é realizada por agentes de segurança penitenciária e policiais militares.

1.1.5 Execução Penal

No ano de 2008 houve 18 mortes de presos por outros presos, vinculadas na maioria a questões relacionadas ao tráfico de drogas interno. Em 2009 não houve nenhuma morte até o momento. Em 2008 houve tentativa de fuga.

Na data da visita havia presos em sanção disciplinar, que são aplicadas pela administração da unidade conforme prazo previsto em lei, segundo relatado.

Foi encontrado junto à documentação dos presos um pedido de Progressão de Regime com data de 13/08/08 que aguardava avaliação do juízo, bem como um pedido de Livramento Condicional de 10/11/08 sem resposta até o momento. Assim como esses casos

que estavam sendo reiterados pela Defensoria Pública, outros foram mencionados pelos presos e defensores, o que demonstra a falta de celeridade na tramitação dos processos na Vara de Execuções Criminais (como é nominada a Vara de Execuções Penais).

1.1.6 Inspeção

A unidade é inspecionada esporadicamente por um Juiz do Exército nomeado para tal finalidade a fim de auxiliar o Juiz da Vara Criminal e pelo Conselho Penitenciário. Não há Conselho da Comunidade instalado.

1.2 Instituto Penal Feminino – Aquiraz

1.2.1 Estrutura

Tipo: Penitenciária
Capacidade: 374 internas
Lotação: 282 internas (provisórias e condenadas), sendo 27 estrangeiras
Reincidência: 30%

A unidade apresenta espaço adequado às necessidades de convivência. Possui área de trabalho, assistência à saúde, farmácia, assistência jurídica, escola, alas de convivência com pátio e espaço de convivência, cozinha, panificadora, berçário (capacidade para quinze presas e seus filhos), local específico para visita íntima e espaço multiuso para eventos coletivos. As instalações são limpas e organizadas. As celas possuem 4 camas e colchões em quantidade suficiente.

1.2.2 Procedimentos

Ao chegar ao IPS as presas são cadastradas e permanecem durante 10 dias na triagem até serem alocadas. Há uma separação entre presas provisórias e condenadas.

As revistas dos visitantes são feitas com auxílio de máquina Raio X, não é feito revista íntima. As visitas acontecem fora da cela, das 9 às 16 horas, nas quartas e domingos. Internas que tenham companheiros no IPPS realizam visita quinzenal aos maridos.

Existe uma caixa de plástico na entrada de cada ala onde são depositados bilhetes com solicitações das presas.

1.2.3 Atividades e assistência

Na unidade são oferecidas as seguintes atividades laborais: artesanato qualificado (com valor comercial), facção para empresa de roupas de surf, panificação, cozinha, fábrica de produtos de limpeza e serviços externos. Todas as oficinas contam com profissional qualificado que orienta as internas na execução dos serviços. Está em curso um convênio com o DEPEN do projeto Maria Marias que prevê a realização de atividades profissionalizantes para as internas.

Foram oferecidos em 2008 cursos profissionalizantes, sendo que presenciamos uma aula do curso de cabelereira que havia ficado pendente porque no ano anterior o professor se afastou por problemas de saúde.

Existe um setor de saúde atuante com 1 médico clínico geral, 1 médico ginecologista, 1 fisioterapeuta, 8 assistentes de enfermagem, 1 enfermeira, 1 médico pediatra, 2 dentistas, 2 psicólogas. O setor de serviço social funciona com 3 assistentes sociais que acompanham as presas e familiares nas suas necessidades. Na unidade, no momento da visita, 5 presas com deficiência mental, 1 com sífilis, 5 diabéticas, 30 com hipertensão, 1 colostomizada. No berçário estavam 2 mães e 2 bebês. Houve relato da necessidade de ambulância para melhor atender as internas.

A IPF possui uma escola que oferece alfabetização, ensino fundamental e médio, com metodologia freiriana, voltada para educação popular e libertadora, onde se utiliza temas geradores e processo de aprendizagem centrado no aluno. A escola oferece atividades pedagógicas não formais, como: oficina de yoga, coral, coral das estrangeiras, aula de flauta doce, entre outras. Existe 4 pedagogos e 2 professores de educação física cedidos pela Secretaria da Educação que trabalham na escola da unidade.

Com relação a alimentação, são oferecidas 4 refeições diárias sendo que na refeição da tarde, o lanche, é servido pão doce, bolo, pão de côco, rosca ou outro produto confeccionado pela equipe da panificação.

A equipe técnica e direção da unidade realizam atividades especiais de formação e interação com a sociedade. Registre-se que as presas se referiram positivamente à Semana de Conscientização dos Direitos da Mulher Encarcerada, que ocorreu entre o dia 9 e 13 de março, motivada pelo Dia Internacional da Mulher. Entre as atividades foram realizadas ações de assistência à saúde como verificação de pressão arterial e de glicemia, campanha de vacinação contra hepatite, tétano, sarampo rubéola, entre outros; assistência aos familiares, expedição de documentos, entrega de material educativo e apresentação de corais. No dia 12 de março a biofarmacêutica Maria da Penha, que deu nome a Lei que condena agressões contra mulheres, palestrou para as presas no espaço polivalente. Foi-nos entregue também um CD com registros de outros eventos realizados.

1.2.4 Segurança

A segurança interna é realizada por agentes penitenciários e a segurança externa é realizada por policiais militares. A escolta é realizada por agentes de segurança penitenciária e policiais militares.

1.2.5 Execução Penal

Existe 2 advogadas e 1 defensora que prestam serviço na unidade regularmente.

Não há registros nos últimos anos de tentativa de fuga, motins, rebeliões ou de substâncias tóxicas no estabelecimento. Houve queixas das internas com relação a morosidade do Judiciário no julgamento dos processos e pedidos de progressão.

1.2.6 Inspeção

A unidade é inspecionada esporadicamente por um Juiz do Exército nomeado para tal finalidade a fim de auxiliar o Juiz da Vara Criminal e pelo Conselho Penitenciário. Não há Conselho da Comunidade instalado.

1.3 Casa de Privação Provisória – Caucaia

1.3.2 Estrutura

Tipo: Presídio
Capacidade: 900 internos
Lotação: 1167 internos

Essa unidade foi inaugurada em 2006, visando acomodar presos que estavam abarrotados nas cadeias públicas. O projeto arquitetônico foi adaptado para construir 2 unidades com o recurso inicialmente previsto para 1 unidade. Infelizmente agora se convive com um presídio novo, porém com muitas deficiências: os corredores são estreitos, não existe banheiro na cela de triagem / seguro, a ventilação e iluminação é ruim, a área de saúde é abafada e mal distribuída, os pátios são pequenos, a carceragem não possui espaço adequado, entre outros problemas estruturais.

Existe um ambulatório e um parlatório em funcionamento, o consultório odontológico não está instalado. A área da administração fica no primeiro piso.

A unidade fica distante do centro urbano, a única alternativa de comunicação por telefone é via rádio. Devido à proximidade com o lixão, existem moscas no ambiente, para evitar maior invasão, as janelas são fechadas e o prédio dedetizado constantemente.

Existe necessidades de reparos que não estão sendo sanadas devido à falta de andaime para subir no teto (concerto do telhado, da caixa d'água e luz).

A maioria dos presos está entre 18 e 29 anos e é acusada de roubo.

Em uma galeria que deveria servir para triagem, foram encontramos presos dormindo em celas sem banheiro e outros dormindo no local onde deveria ser o banheiro coletivo.

1.3.2 Procedimentos

Como nas demais unidades, existe um equipamento para identificação dos presos no momento do cadastro. É fornecido Kit higiene para os internos. O banho de sol acontece por 1:30h durante 3 vezes por semana. Durante a manhã são movimentados os presos para audiências em Fóruns da região e à tarde são levados os presos com processo no Fórum de Fortaleza. As visitas são semanais na própria cela dos presos (inclusive a visita íntima), sendo que o visitante é solicitado que fique nu e faça agachamento. Existe uma máquina de Raio X no almoxarifado aguardando concerto.

1.3.3 Atividades e assistência

Na unidade é oferecido atendimento médico e de enfermagem, sendo que foi relato muitos problemas respiratórios, inclusive todos os funcionários usavam máscara. Existe o atendimento psicológico e do serviço social. A medicação existente é insuficiente. No dia da visita foram encontrados 3 presos com tuberculose, 3 presos com diabete e 8 hipertensos.

1.3.4 Segurança

A segurança interna é realizada por agentes penitenciários e a segurança externa é realizada por policiais militares. A escolta é realizada por agentes de segurança penitenciária e policiais militares.

1.3.5 Execução Penal

Existe 1 advogado que presta serviço na unidade regularmente. A Defensoria realizou uma visita, porém não retornou como combinado para iniciar o trabalho. Funciona nessa unidade o projeto "Reconstruindo a Liberdade com Justiça", uma parceria da Pastoral Carcerária, Defensoria e Universidades **(Anexo 4).**

Não há registros nos últimos anos de tentativa de fuga, motins, rebeliões ou de substâncias tóxicas no estabelecimento. Houve queixas dos internos com relação a morosidade do Judiciário no julgamento dos processos e pedidos de progressão de regime.

1.3.6 Inspeção

A unidade é inspecionada esporadicamente por um Juiz do Exército nomeado para tal finalidade a fim de auxiliar o Juiz da Vara Criminal (nos últimos 12 meses veio pela primeira vez na semana anterior à visita de inspeção do CNPCP).

1.4 Audiência com Secretário de Justiça e Presidente do Conselho Penitenciário e Visita às Futuras Instalações da Escola Penitenciária

O Secretário, Marcos Cals, e o Presidente do Conselho Penitenciário, Leandro Duarte Vasques , nos receberam na Secretaria de Justiça para tratar do sistema prisional do Estado. Com relação às obras o Estado está investindo grande montante de recursos na construção de unidades, principalmente pequenos presídios no interior, somando um montante de 50 milhões dos cofres estaduais, é prevista a criação de 2800 vagas até o final do ano. Questionado sobre concurso público para Defensores e demais servidores, o Secretário informou que foi realizado em 2008, sendo que já foi dobrado o número de funcionários da Secretaria e que novo concurso está previsto para esse ano. Quanto às unidades terceirizadas, elas foram extintas no início desse governo. Foi revisto também o procedimento para estabelecer parceria com empresas que queiram oferecer trabalho nas unidades, antes essa era uma das queixas do Conselho Penitenciário, pois a forma que isso se dava era por meio de licitação. No que tange à Corregedoria, o Estado possui uma Comissão que esse ano deve ser fortalecida, segundo declaração do Secretário.

O Secretário também apresentou os investimentos que estão sendo feitos na informatização e vigilância eletrônica das unidades com comunicação on-line com a Secretaria. Além da implantação do SISPEN, as maiores unidades contam com câmaras que são monitoradas pela própria Secretaria, inclusive com acesso na sala do Secretário.

Foi iniciado um projeto piloto para egressos onde a secretaria capacitou os presos em ofícios autônomos e forneceu a eles carrinhos para comercialização de tapioca, pipoca e sanduíche (250 carrinhos foram distribuídos).

Com relação à Escola Penitenciária, o Secretário comentou sobre os planos de amplo funcionamento a partir da reforma do prédio. A Secretaria e a Escola Penitenciária, que ficam no mesmo terreno, estão sendo reformadas. Visitamos as instalações e constatamos que o espaço oferecerá boas condições de acomodar programas de formação dos servidores.

Outro aspecto discutido foi a grande quantidade de queixas dos presos e servidores da morosidade do trâmite dos processos. Foi esclarecido que a Vara de Execuções possui um

único juiz que tem responsabilidade por mais de 10.000 processos, que esse juiz não visita as unidades e que para tal finalidade foi nomeado um juiz do exército que faz a atividade esporadicamente sem de fato implementar todas as demandas surgidas na inspeção posteriormente. Nesse sentido se faz necessário com urgência a ampliação da estrutura da Vara de Execução Criminal. O presidente do Conselho Penitenciário encaminhou ofício em 10 de fevereiro ao Desembargador Ernani Barreira Porto ponderando essa questão e solicitando providências **(Anexo 5).** A Defensoria Pública também enviou Requerimento ao Juiz da Vara de Execução Criminal e Corregedoria de Presídios de Fortaleza para a realização de mutirão judiciário na Vara de Execução Criminal em dezembro de 2008 **(Anexo 6),** considerando a grave situação encontrada no estado, principalmente no IPPS onde ocorreram 18 assassinatos em 2008 e cuja superlotação é agravada pela falta de celeridade no julgamento dos pedidos de progressão de regime, livramento condicional, entre outros procedimentos da execução penal. A Defensoria Pública alerta nesse requerimento, "O aprisionamento em massa, aliado às más condições das cadeias, falta de infra-estrutura e desrespeito aos direitos básicos do cidadão, só contribui para fortalecer as organizações paralelas nas prisões, que tentam assumir um papel que as autoridades não desempenham mais e no IPPS não tem sido diferente." E ainda ilustra essa situação com 7 casos, sendo que cito 2 deles abaixo:

a) José Ribamar Rodrigues da Silva

Pena total: 9 anos, 2 meses e 24 dias

Pena cumprida: 13 anos, 6 meses e 17 dias

Tempo de encarceramento superior à penas: 4 anos, 3 meses e 23 dias

b) José Roberto da Silva Oliveira

Foi interposto pedido de progressão de regime no dia 15 setembro de 2008, tendo recebido despacho do MM Juiz no dia 30 de outubro de 2008, para que fosse liquidada a pena e em seguida os autos fossem encaminhados ao Ministério Público. A pena foi liquidada em 12 de novembro de 2008, recebendo parecer ministerial favorável em 18 de novembro de 2008. Em 5 de dezembro de 2008 foi proferida a decisão concedendo a progressão de

regime para o semi-aberto. O preso foi assassinado no interior do IPPS no dia 13 de novembro de 2008.

2 ANÁLISES E RECOMENDAÇÕES

2.1 Instituto Penal Paulo Sarasate – Aquiraz

Essa unidade possui características que conferem a ela alto grau complexidade: arquitetura prisional inadequada, de difícil distribuição, acompanhamento e movimentação dos presos; estrutura predial antiga, com necessidade de manutenção em larga escala; longo período sem o oferecimento das assistências e com ausência de um acompanhamento mais estruturado; grave histórico de violência entre os presos em 2008, resultando em mortes por estocadas e enforcamento e corpos jogados dos pavimentos superiores no pátio. Nesse caso, a violência está respaldada em um sistema de relações que precisa ser desconstruído e substituído por outra forma de lidar com os conflitos internos. Para enfrentar essa complexidade e reverter o quadro preocupante no qual se encontra a unidade faz-se necessário atuar com firmeza, proximidade e com investimento financeiro.

Nesse sentido, são perceptíveis as melhoras já alcançadas com as medidas tomadas nos últimos meses: disponibilização de mais defensores públicos, implantação do serviço de Psicologia, investimento na manutenção predial, contratação de serviço de alimentação entregue em marmita.

Porém, ainda cabe recomendar:

a) Que a Secretaria de Justiça e Cidadania estabeleça um plano a médio para instalação de uma nova estrutura física no mesmo lugar, que permita acomodar de forma mais adequada os presos.
b) Que a Secretaria de Justiça e Cidadania implante atividades laborais e educacionais com urgência, mesmo nas atuais condições.

c) Que a administração da IPPS reveja o procedimento da entrada das visitas, buscando otimizar o tempo que essas aguardam, uma vez que houve muitas reclamações referente a isso por parte dos presos.

2.2 Instituto Penal Feminino – Aquiraz

O IPF constitui-se num caso a parte no sistema prisional brasileiro, embora devesse ser a regra. Nessa unidade se aplica a LEP na sua íntegra. Existe comprometimento e seriedade por parte da administração em construir um ambiente institucional de desenvolvimento, aprendizagem e segurança para todos. A Escola existente surpreende positivamente no que tange a variedade de atividades, ambiente e competência pedagógica. As atividades coletivas promovidas na unidade são experiências sociais ricas que aproximam as internas da vida livre criando expectativas e referências favoráveis para reintegração social.

Encontramos mulheres que sorriam, se expressavam, tinham sonhos e se relacionavam a partir de sua individualidade. Nessa instituição parece que a pena realmente se restringe à privação da liberdade e que os demais direitos estão preservados.

2.3 Casa de Privação Provisória – Caucaia

Considerando que a estrutura predial é nova, porém inadequada, algumas ações de reparação podem melhorar significativamente o quadro, bem como maior acompanhamento dos processos e necessidades dos presos. Sendo assim, recomenda-se:

a) Que a Secretaria de Justiça e Cidadania reforme as celas de triagem, instalando um banheiro para cada uma delas.

b) Que a Secretaria de Justiça e Cidadania garanta a prestação de serviços da Defensoria Pública na unidade.
c) Que a Secretaria de Justiça e Cidadania melhore as condições do local de atendimento à saúde e forneça medicação em quantidade adequada.
d) Que a administração da unidade acompanhe com mais proximidade às necessidades dos presos, procurando encaminhá-las com brevidade para evitar o clima de tensão no estabelecimento.

2.4 Considerações Gerais

O sistema prisional do Estado do Ceará tem histórico semelhante aos demais estados quanto ao pouco investimento na estrutura, nos programas e na equipe de profissionais, o que trouxe conseqüências dramáticas para a vida dos cidadãos que cumprem uma pena privativa de liberdade. Porém, é necessário mencionar que no momento observa-se uma tentativa de "escrever um novo fim". Foi possível constatar o grau de prioridade que o governo está imprimindo ao assunto pelos recursos aplicados nas construções, informatização e na contratação de profissionais, bem como pelo compromisso dos dirigentes do sistema com a promoção de soluções estruturais. A principal recomendação à Secretaria é que continue tratando com o mesmo senso de urgência e prioridade o tema para que possa se consolidar uma nova fotografia do sistema prisional no estado.

Sugere-se também que a Secretaria de Justiça possa avaliar a proposta de programas como o PAI-PJ de Minas Gerais e PAILI de Goiás para aplicação da Lei Antimanicomial na execução da Medida de Segurança.

E, finalmente, ficou franqueado que uma das principais causas da superlotação e tensão nas unidades está relacionada com a restrita estrutura da Vara de Execução Criminal, inclusive pela ausência do próprio Juiz Corregedor Luis Bessa Neto nas unidades. Assim, recomenda-se:

a) Que o Tribunal de Justiça reestruture a Vara de Execução Criminal ampliando o número de Juízes e profissionais auxiliares, bem como melhorando a estrutura física a fim de receber os familiares com condições mais apropriadas.

b) Que o Juiz da Execução Criminal instale o Conselho da Comunidade com urgência a fim que essa instância possa contribuir na fiscalização das unidades e na melhoria do sistema.

c) Que seja oficiado o Conselho Nacional de Justiça dando ciência do não cumprimento do procedimento de inspeção mensal do Juiz da Execução Criminal Luís Bessa Neta nas unidades prisionais.

d) Que seja oficiado o Conselho Nacional do Ministério Público dando ciência da ausência dos Promotores de Justiça da Execução Penal Silvio Lúcio Conrrado Correia Lima e José Raimundo de Freitas nas unidades penais.

Esse é o relato.

Brasília, 20 de abril de 2009

Valdirene Daufemback
Conselheira